

A historiografia da imigração alemã ficcionalizada no romance *A ferro e fogo*: o desenvolvimento econômico da Colônia de São Leopoldo

La historiografía de la inmigración alemana ficcionada en la novela *A ferro e fogo*:
el desarrollo económico de la Colonia de São Leopoldo

The historiography of German immigration fictionalized in the novel A ferro e fogo:
the economic development of the Colony of São Leopoldo

AUTOR

Eduardo Ortiz*

luftortiz@gmail.com

* Doutor em História das
Sociedades Ibéricas e
Americanas, Pontifícia
Universidade Católica
de Rio Grande do Sul
(PUCRS, Brasil).

RESUMO:

História e Literatura, ao abordarem o passado, produzem narrativas que transitam muito próximas uma da outra, principalmente, gêneros como o romance histórico. Dito isso, neste artigo buscamos compreender a representação literária acerca do desenvolvimento econômico da Colônia de São Leopoldo por meio do processo de construção da narrativa da obra *A ferro e fogo*, de Josué Guimarães. Assim, elaboramos um estudo comparativo entre o romance e as obras historiográficas utilizadas pelo autor para a composição de sua narrativa através de análises construídas a partir dos rastros deixados pelo romancista nos exemplares das obras historiográficas que compõem o seu acervo, o ALJOG/UPF.

RESUMEN:

La Historia y la Literatura, al abordar el pasado, producen narrativas que transitan muy próximas, principalmente, en géneros como la novela histórica. Dicho esto, en este artículo buscamos comprender la representación literaria sobre el desarrollo económico de la Colonia de São Leopoldo a través del proceso de construcción de la narrativa de la obra *A ferro e fogo*, de Josué Guimarães. Así, desarrollamos un estudio comparativo entre la novela y las obras historiográficas utilizadas por el autor para componer su narrativa a través de análisis contruidos a partir de las huellas dejadas por el novelista en los ejemplares de obras historiográficas que componen su colección, el ALJOG/UPF.

ABSTRACT:

History and Literature, when approaching the past, produce narratives that transit very close to each other, mainly, genres such as the historical novel. That said, in this article we seek to understand the literary representation about the economic development of the Colony of São Leopoldo through the construction process of the narrative of the work *A ferro e fogo*, by Josué Guimarães. Thus, we developed a comparative study between the novel and the historiographical works used by the author to compose his narrative through analyzes built from the traces left by the novelist in the copies of historiographical works that make up his collection, the ALJOG/UPF.

1. Introdução

Por mais que perguntas acerca dos marcos que delimitam as fronteiras entre a História¹ e a Literatura² pareçam hoje pouco significativos e há muito tempo superados, em vista de que ambas as narrativas “implicam normas e marcos discursivos que qualquer pessoa educada na tradição ocidental – não necessariamente especialista em filosofia, semiótica, teoria do discurso ou teoria da literatura – está em condições de compreender e diferenciar” (Mignolo, 2001, p. 116), os romances históricos parecem persistir em desafiar tais limites, constituindo-se em uma espécie de narrativa híbrida entre as duas formas discursivas. Isso ocorre pois ambas as narrativas se alimentam de material discursivo, e são mediadas pela organização temporal e espacial da história feita por cada escritor que, com pretensão de livrar do esquecimento eventos e sujeitos históricos, constroem novos discursos, os quais criam memórias e esquecimentos. Dessa forma é possível presentificar aquilo que aconteceu por meio da configuração de um determinado período e estabelecer a ordem coletiva, seguindo interesses de cunho econômico, político, social e cultural, visto que ambas as formas de representação são produtos de uma determinada época e sociedade, a qual vai influenciar de maneira efetiva a construção e configuração da obra.

Sistematizada por György Lukács, a teoria do romance histórico foi inicialmente publicada em seu livro intitulado *O romance histórico*, em 1937. Nesse ensaio de natureza teórica, Lukács (2011) reflete acerca da grande literatura que representa a completude da história, apresentando uma teoria descritiva na qual demonstra o momento de encontro entre o sentido e a experiência, mediante o qual foi possível à filosofia entender a interação existente entre o espírito histórico e a literatura que representa a totalidade histórica. Assim, o autor analisa a “interação do desenvolvimento econômico e social com a visão de mundo e a forma artística que se engendram a partir desse desenvolvimento” (Lukács, 2011, p. 29), priorizando o tempo que muda de maneira abrupta, impactando diretamente sobre os indivíduos e suas vivências, ao invés do tempo que simplesmente passa, deixando os indivíduos inertes perante a sociedade e seus acontecimentos.

Desse modo, assim como lemos na apresentação de *Guerra e Paz*, de Leon Tolstói, que afirma que “Friedrich Engels, numa carta a Karl Marx, dizia que havia compreendido melhor a sociedade francesa com *A comédia humana* do que em todos os ensaios de economia e história que havia lido” e que, segundo Pinheiro Machado (2014, p. IX), é “impossível conhecer a sociedade russa do início do século XIX, seus conflitos, seus hábitos, sua cultura e sua personalidade sem ler *Guerra e Paz*”, acreditamos também que, para entender o processo de imigração alemã na então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, faz-se necessário recorrer às páginas de *A ferro e fogo*.

Inicialmente projetada para ser uma trilogia, ficou incompleta, em vista de que o escritor faleceu sem finalizar o seu último tomo. Com o intuito inicial de abordar a Revolta dos Mucker³, Josué Guimarães vê a necessidade de apresentar um panorama mais completo, para que fosse possível ao leitor compreender a obra por si mesma, sem a necessidade do auxílio da historiografia. Temos em *A ferro e fogo: tempo de solidão* o primeiro livro dessa trilogia inacabada, lançado em 1972 pela Editora Sabiá, narra a chegada dos imigrantes alemães à Província, a formação da colônia de São Leopoldo e todas as dificuldades encontradas por eles durante os primeiros anos da colonização. O segundo, intitulado *A ferro e fogo: tempo de guerra*, foi lançado em 1975 pela Editora José Olympio e descreve o conturbado período de instabilidades políticas e conflitos armados que ocorreram durante o período regencial. Já o terceiro, que seria intitulado *A ferro e fogo: tempo de (ódio) angústia*, iria abordar a Revolta dos Mucker.

PALAVRAS-CHAVE

A ferro e fogo;
Josué Guimarães;
imigração alemã;
romance histórico;
historiografia.

PALABRAS CLAVE

A ferro e fogo;
Josué Guimarães;
inmigración
alemana; novela
histórica;
historiografía.

KEYWORDS

A ferro e fogo;
Josué Guimarães;
German
immigration;
historical novel;
historiography.

Recibido:
20/01/2023

Aceptado:
11/06/2023

Esse romance, que pode ser lido como obra histórica, possibilita ao leitor não apenas a construção de significados para um real ausente, mas também a reinterpretação proporcionada pela história tradicional dos eventos, a reformulação das personagens históricas e a ressignificação do espaço, colaborando, dessa forma, de maneira efetiva para a construção da memória histórica sobre os povos germânicos em solo gaúcho, assim como para os eventos em que direta ou indiretamente participaram.

Essa historicidade buscada pelos romancistas, ligada diretamente à temporalidade da obra literária, é um assunto que, como atenta Chartier (2014, p. 214), fez com que historiadores interessados pela poética da narração buscassem suporte na obra *Tempo e narrativa*, de Paul Ricoeur, a qual aborda as relações comuns existentes entre as estruturas narrativas que compõem tanto a ficção, quanto a história. Em *Tempo e narrativa*, Ricoeur articula a sua análise em três momentos da *mimesis*, denominando-as *mimesis I*, *mimesis II* e *mimesis III*.

A *mimesis I* diz respeito a uma pré-compreensão do agir humano. Essa pré-compreensão, comum ao escritor e ao seu leitor, delinea a construção da intriga por meio da mimética textual, enraizada na experiência temporal da pré-compreensão do mundo das ações, “de suas estruturas inteligíveis, de seus recursos simbólicos e de seu caráter temporal” (Ricoeur, 2010, p. 96).

Já a *mimesis II* caracteriza-se por configurar o processo concreto da composição textual mediadora entre a prefiguração do campo prático e a refiguração dada pela recepção da obra. Constitui o eixo da análise da teoria de Ricoeur por justamente possuir a função de corte, abrindo o mundo da composição poética – do “como se” – e instituindo “a literariedade da obra literária” (Ricoeur, 2010a, p. 94). Esse processo ocorre por intermédio da operação de configuração, através da construção da intriga, uma vez que esta exerce a função de integração e, graças ao seu dinamismo de mediação, lhe permite exercer, mesmo fora de seu campo, a intermediação entre “a pré-compreensão e (...) a pós-compreensão da ordem da ação e de seus aspectos temporais” (Ricoeur, 2010, p. 114).

Por último, a *mimesis III* refere-se ao momento em que a narrativa atinge seu sentido pleno e é reintroduzida ao tempo do agir e do padecer, finalizando assim o percurso mimético. Esse estágio da *mimesis* é caracterizado pelo encontro entre o mundo do texto literário e o mundo do leitor, ou, como explica Ricoeur (2010, p. 123), é “a intersecção entre o mundo configurado pelo poema e o mundo no qual a ação efetiva se desdobra e desdobra sua temporalidade específica”.

Assim, por intermédio da *mimesis I*, da *mimesis II* e da *mimesis III*, temos uma dialética entre a aporética e a poética da temporalidade, que culmina na relação entre tempo e narrativa. O ato de leitura é o condutor da capacidade que a intriga possui de modelizar a experiência, articulando-se ao dinamismo próprio do ato configurante, prolongando-o e conduzindo-o ao seu termo. Temos também, por intermédio da leitura, a refiguração da experiência temporal por meio da composição da intriga, marcando a entrada da obra tanto no campo da comunicação quanto no da experiência. No campo da comunicação, um mundo se projeta ao leitor, o qual o recebe conforme sua própria capacidade de acolhimento. Já no campo da referência, o leitor recebe não apenas o sentido da obra, mas, por intermédio desse, a experiência que a narrativa traz para a linguagem, juntamente ao mundo e à temporalidade contidos nela.

Esclarecido isso, passaremos agora a apresentar um estudo que demonstra, por meio de uma análise comparativa entre a ficção e as suas fontes, a correspondência entre o romance *A ferro e fogo* e algumas das obras historiográficas utilizadas por Josué Guimarães para a sua composição, mais especificamente, *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*, do historiador francês Jean Roche, e *História do Rio Grande do Sul*, de Danilo Lazzarotto. Nossa crença de que ambas as obras historiográficas citadas tenham sido utilizadas na composição de *A ferro e fogo* não se faz apenas pela similaridade delas com o romance, como veremos no decorrer do artigo, nem tão somente devido às suas presenças nos espólios do romancista que compõem o Acervo Literário Josué Guimarães, localizado na Universidade de Passo Fundo, mas sobretudo pela existência de diversos rastros como marcações e sublinhados presentes nos exemplares da biblioteca que pertenceu ao autor, e que são apresentados no decorrer deste estudo na forma de anexos.

2. O desenvolvimento econômico da Colônia de São Leopoldo⁴

É inegável que a imigração alemã introduziu na sociedade sul-rio-grandense elementos inéditos que foram fundamentais para o progresso em todos os campos da atividade humana, tais como a agricultura, o comércio e a indústria. Esse tripé econômico, como passaremos a nos referir a partir de agora, não apenas chamou a atenção de Josué Guimarães, conforme pode ser confirmado no anexo 1, como é o centro entorno do qual desenrola-se a trama de sua ficção.

O rápido desenvolvimento dessas áreas deve-se, sobretudo, à considerável diversidade de profissões que os germânicos trouxeram consigo da Europa, visto que, se uma parcela desses imigrantes tinha, na Alemanha, sua vida ligada às mais diversificadas atividades agrícolas, uma outra parcela, talvez ainda maior, fazia parte do excedente populacional urbano que, no período, se conglomerava nas grandes cidades europeias. Seguindo essa linha, Roche explica que “o Rio Grande do Sul teve a oportunidade de acolher sobretudo alemães originários de zonas rurais, (...) que apresentavam grande variedade de tipos”, entretanto, também recebeu um “certo número de antigos cidadãos que possuíam técnicas mais avançadas ou tinham outra cultura e um mais vivo espírito de iniciativa” (Roche, 1969, p. 157). Todavia, em comum, ambos os grupos

emigravam da pátria superpovoada por faltar-lhes a oportunidade de um sucesso econômico ou pela incerteza de um futuro promissor aos seus filhos (...). Alguns, quiçá, vieram também por motivos políticos, decepcionados com a política reacionária após as guerras napoleônicas e atraídos pela Imperatriz contrerrânea no trono, e pelo Imperador com fama de liberal e constitucional. O ideal destes imigrantes seria, portanto, a terra virgem e promissora, onde pudessem construir com as suas próprias mãos o seu lar, uma existência desembaraçada, uma pátria nova para si e seus filhos (Lazzarotto, 1971, pp. 87-88).

No romance de Josué Guimarães, pouco se aborda acerca da vida que os imigrantes possuíam no velho continente, todavia, podemos localizar algumas raras referências em passagens como a que o comerciante Gründling, em diálogo com seu sócio Schaeffer⁵, explica que “muitos deles morriam de fome na Europa, a única saída era buscar novos horizontes, novas terras, criar raízes e esquecer o passado” (Guimarães, 2006, p. 44)⁶, uma clara referência à situação de pobreza e falta de oportunidades que atingia grande parte da população alemã – e europeia – durante o século XIX.

Será em Gründling também que iremos encontrar o representante dos imigrantes que vieram ao Brasil por motivos políticos, e não exclusivamente econômicos, visto que esse, pertencente à classe burguesa, possuía uma condição financeira muito mais favorável que a maior parte de seus compatriotas. Essa situação envolvendo a discordância política da personagem com o poder instituído em sua antiga pátria confirma-se na passagem em que o comerciante, após saber da notícia da renúncia de D. Pedro I, e perceber a possibilidade de revolta pelo momento de instabilidade que o império vinha passando, algo que certamente prejudicaria os seus negócios, desabafa à sua esposa, Sofia, que

às vezes [pensa] se não seria melhor voltar para a Alemanha, render homenagens ao imperador da Áustria, lamber a sola das suas botas, beijar as mãos daqueles emproados da Dieta de Frankfurt. Quem sabe não seria preferível isso a viver neste fim de mundo, no meio de negros e mestiços, de gaúchos e de caudilhos, castelhanos e portugueses (2006, p. 182).

Se não encontramos no romance muitas referências acerca do passado desses imigrantes antes de deixarem a sua terra natal, quando o assunto se refere à suas funções, a situação é diferente. Roche explica que “uma fração sempre mais considerável da imigração no Rio Grande do Sul foi fornecida pelas cidades alemãs”, de onde originaram-se “artesões e burgueses desejosos de deixar a Alemanha por motivos quer econômicos, quer políticos” (Roche, 1969, p. 158). Por esse grupo cidadão desconhecer as técnicas necessárias para o desempenho das atividades agrícolas e pecuárias, acabaram por não se adaptar ao modelo de vida que havia sido reservado a eles pelo governo imperial, vindo estes a ser “os primeiros a desejar estabelecer-se nas cidades, ou após um estágio nas colônias agrícolas, ou mesmo depois do desembarque” (Roche,

1969, p. 158). Dessa forma, fixando-se nas zonas urbanas, foram os grandes responsáveis pelo progresso técnico, ocupando o posto de pioneiros em diversos ramos no estado. Lazzarotto atenta que, já em 1829, os alemães haviam estabelecido na Colônia de São Leopoldo “oito curtumes e outros tantos moinhos, uma fábrica de sabão, um engenho para a lapidação de pedras de toda a qualidade, trabalhava-se ainda em toda espécie de obras com chifre e crina” (Lazzarotto, 1971, p. 89).

Esse sucesso se deve, sobretudo, à grande diversidade de profissões e origens dos recém-chegados, uma vez que, logo no primeiro grupo de imigrantes que aportaram no estado, abordo do bergantim *Protetor*, havia “1 ministro evangélico, 2 médicos, 1 farmacêutico, 2 comerciantes, 1 alfaiate, 1 sapateiro, 4 carpinteiros, 1 pedreiro, 1 pintor, 1 ferreiro, 2 seleiros, 2 canoeiros, um empregado em indústria de papel, um joalheiro, 2 jardineiros, 16 agricultores” (Lazzarotto, 1971, p. 88). Ou seja, de 39 indivíduos, 23 deles ocupavam funções ligadas aos centros urbanos, e outros 16 exerciam atividades voltadas à agricultura.

No romance de Josué Guimarães, além de encontrarmos menções acerca das origens citadinas dos imigrantes, como ocorre no diálogo entre Hillebrand⁷ e o pastor Stilenbauer, onde o primeiro informa que “Schaeffer arrebanhara aquela gente nas ruas e bares de Hamburgo, Bremen e Darmstadt” (2006, p. 52), também nos é possível localizar a considerável diversificação profissional, a qual se faz presente, a iniciar-se, pela construção de um dos protagonistas da trama, Daniel Abrahão Lauer Schneider, que segue com exatidão as reais possibilidades trazidas nas obras historiográficas. Chegando ao Rio Grande do Sul com a primeira leva de imigrantes a bordo do bergantim *Protetor*, era “seleiro de profissão” (2006, p. 12). Schneider é o representante, no romance, do grupo de cidadãos que, antes de exercerem a função que trouxeram de seu país de origem, experienciaram a vida agrícola. No caso da personagem da ficção, essas atividades iniciam-se ainda no período em que estavam alocados nas terras da Real Feitoria, quando “saía para a rocinha com estrelas no céu; (...) colhia os legumes e hortaliças” (2006, p. 16). Todavia, essa prática se intensificou quando ele, junto a sua família, muda-se para a região de fronteira, onde antes da eclosão da Segunda Guerra da Cisplatina, tiveram certo êxito em sua experiência. Foi nesse local que os Schneider colheram, com a chegada do verão, as suas “primeiras espigas douradas de milho” (2006, p. 29). Também cultivaram, com sucesso, “mandioca, batata e cebola, que a terra solta era especial para isso”, e como resultado, “a mesa começara a ficar mais farta e variada” (2006, p. 29). A família também pode ver nascer em sua propriedade “os primeiros pêssegos (...). As primeiras melancias” (2006, p. 90), todavia, ao terem as suas vidas atropeladas pelo conflito, não tiveram a oportunidade de colhê-las, uma vez que, ou foram apanhadas ainda verde pelos soldados, ou pisoteadas pelos cavalos das tropas.

Passados quase quatro anos desde que os Schneider haviam se instalado nas bandas do Chuí, finalmente a paz volta a reinar na região. A notícia do término do conflito chega à família junto ao último piquete, do qual o soldado Valentim Oestereich fazia parte. É ele mesmo quem informa que a “Guerra Cisplatina terminara havia dois meses” (2006, p. 98). Ouvindo aquilo, Catarina percebeu que, após defender com todas as suas forças a estância, conclui que não fazia mais sentido permanecer naquele pedaço de chão.

Dessa forma, Frau Schneider, ao notar a admiração de Oestereich pela Estância Jerebatuba, e com o intuito de abandonar “uma vida quebrada pela guerra e quase destruída pelo ódio” (2006, p. 107), resolve ofertá-la a seu conterrâneo. Dirigindo a palavra a Valentim, expõe que estaria disposta a fazer um acordo irrecusável, argumentando que se tratava de “um negócio para ser fechado agora mesmo. Fique com as terras, fique com tudo, me pague um arrendamento qualquer, em troca me dê alguma coisa na colônia” (2006, p. 99). Vendo-o entusiasmado pela ideia, o convida para uma caminhada pela propriedade, de modo a fazer um levantamento de todo que existia lá. Também informa que ele deveria, como parte do acordo, tratar “de limpar o nome de Daniel Abrahão junto às autoridades” (2006, p. 99), para que dessa forma pudessem retornar tranquilamente à colônia.

Poucas semanas após ter conversado com Catarina sobre o arrendamento, a caravana de Oestereich surge no horizonte do Chuí. Acertado os últimos detalhes, a família de Hamburgo e mais alguns agregados partem em sua longa jornada até São Leopoldo, todavia, dessa vez não mais para exercer a agricultura, mas sim as duas outras funções ligadas ao tripé de desenvolvimento econômico da colônia, ou seja, o artesanato e o comércio.

Chegando em sua nova casa, os Schneider se deparam com uma residência muito simples, com tabuas velhas e móveis toscos, todavia, em pouco tempo tratam de reformá-la, além de providenciarem a edificação de alguns galpões para oficinas e moradias para os agregados. Finalizado o processo de restauro e ampliação, Catarina prontamente trata de ir a um empório próximo de onde moravam para adquirir “couros e correias, tachas, cordéis de selaria, ferramentas especiais, importadas, entregando tudo ao marido” (2006, p. 120), dizendo-o que “a partir de agora vais exercer a tua profissão. Precisamos ganhar dinheiro” (2006, p. 121), deixando o leitor a entender que o exercício artesanal, frente à agricultura era, naquele momento, a opção mais atrativa para um crescimento econômico rápido e seguro.

Passados alguns dias, e com Daniel Abrahão já exercendo a função de seleiro, Catarina se depara no povoado com Isaias Noll, um modesto, porém hábil, fabricante de carroças, e oferece-lhe sociedade, cinquenta por cento dos lucros para cada parte, “os Schneider entrariam com o material e com os galpões. Ele, Noll, com a experiência” (2006, p. 121). Seu conterrâneo, satisfeito com o que ouvira, de mediato aceita a proposta.

Alianças como esta, entre alemães que atuavam em um mesmo campo, como veremos com maior nitidez em seguida na análise do caso de Catarina, eram uma prática muito comum desde os primórdios da imigração, e foi um elemento decisivo no desenvolvimento profissional e econômico dos imigrantes e, consequentemente, da colônia, tal como podemos observar na ficção, onde, em pouco tempo, a sociedade estabelecida entre o seleiro e o segeiro alcança considerável sucesso, com “as melhores carroças e carretas de toda a região” (2008, p. 92) sendo produzidas em suas oficinas. Tamanho foi o reconhecimento do trabalho refinado de selaria produzido por Herr Schneider, que “os seus serigotes seguiam direto para o Rio de Janeiro, muitos deles encomendados pela própria Corte” (2008, p. 92), apresentando, na ficção, o potencial “exportador” que alguns artesãos atingiram, assim como o grande mercado que se abria para os seus itens, muitos dos quais eram, até então, provenientes, sobretudo, da Europa.

Essa representação construída por Josué Guimarães no romance, que envolve os altos níveis de aceitação dos produtos confeccionados na colônia, segue diretamente a perspectiva historiográfica, a qual dá conta que “as mais prósperas produções artesanais foram, pois, as estimuladas por uma orientação comercial, as que permitiram exportar os produtos valorizando-os, graças à sua preparação e à sua transformação” (Roche, 1969, p. 483).

No que diz respeito à origem e à ascensão do artesanato na Colônia de São Leopoldo, Roche explica que as primeiras atividades foram uma resposta instantânea à urgência de suprir as necessidades imediatas dos imigrantes, das quais, segundo ressalta o historiador francês, a função de Daniel Abrahão estava intimamente inserida. Dessa forma, logo de início constituiu-se um moinho, e junto aos tecelões “que produziam tecido de linho e algodão, apareceram alguns alfaiates, menos numerosos, todavia, que os sapateiros e os seleiros, pois o cavalo era indispensável à locomoção nas colônias, como em todo o Rio Grande, cujo semi-isolamento em relação ao resto do Brasil favoreceu o progresso do artesanato” (Roche, 1969, p. 481). Podemos exemplificar esse desenvolvimento acelerado levando em consideração o fato de que “trinta anos depois da fundação da colônia, provia-se ‘in loco’ a todas as necessidades da vida” (Roche, 1969, p. 481).

O rápido progresso do artesanato ajudou também os imigrantes a retomarem no Brasil, em um curto espaço de tempo, alguns dos hábitos alimentares que possuíam no velho continente, tidos, por eles, como essenciais. Um desses costumes que se destacam no romance diz respeito ao consumo do pão, o qual mostra-se tão significativo para os alemães ao ponto de estar presente no nome de sua refeição noturna, chamada de *Abendbrod*⁸ ou, *Abendessen*⁹. Em *A ferro e fogo*, são diversas as passagens em que tal alimento é referenciado, sobretudo, através de Daniel Abrahão, o qual “à noite, sonhava com o cheiro de pão fresco da Europa” (2006, p. 9). Herr Schneider, durante o período em que morou com a sua família na Feitoria, acordava toda as manhãs, antes do sol nascer, e enquanto colocava as suas botinas de madeira, prometia a si mesmo que

um dia, um dia não muito distante, ainda plantaria sementes de trigo na sua terra, terra de papel passado, e das sementes tiraria a farinha. Catarina e Philipp comeriam com ele o pão, um cesto deles, com o mesmo aroma que teimava em não esquecer. Que as barrigas estourassem de tanto prazer (2006, p. 9).

Certo dia, ao chegar em casa, confessa a sua esposa que tem “pensado no nosso pão da Alemanha, nas cucas estufadas extravasando das formas. Sonhei com Jesus multiplicando os pães. Depois não era mais Jesus, mas O imperador; e ele metia a mão em grandes fendas na terra e de lá tirava o pão ainda quente.” (2006, p. 9). Quando finalmente Daniel Abrahão, já morando nas bandas do Chuí, recebe um saco de farinha de trigo, fica emocionado, e com uma oração, dá graças a Deus, “era como se tivesse caído maná do céu. (...) estava a ponto de chorar” (2006, p. 26). Então Herr Schneider, juntamente de Juanito e os escravos, tratam logo de providenciar um forno de barro, e Catarina, cuidadosamente, dedica-se em preparar o pão. A primeira fornada, carregando consigo certo clima nostálgico,

constituiu-se numa festa. Daniel Abrahão cantarolava uma velha canção da *Altmark*, arrastando a mulher, sob protestos dela, numa dança grotesca que arrancou gargalhadas dos escravos e de Juanito que nunca tinham visto aquilo. O pai queria ver Philipp comendo pão. Mais e mais. Ele achava que o filho não se lembrava do gosto. Queria que Carlota provasse. Um pedacinho só na ponta da língua. O autêntico pão da Alemanha (2006, p. 26).

O pão, como comida essencial na dieta dos alemães não surge no romance de modo descontextualizado historicamente, como podemos comprovar com Roche, que ao tratar da importância do alimento, afirma que “num prazo inferior a dez anos, todas as colônias foram dotadas de moinhos de cereais, para permitir que os colonos voltassem a comer pão” (Roche, 1969, p. 481). Além disso, o próprio cultivo do trigo carregava consigo um forte simbolismo entre os alemães, visto que tal cultura foi primeiramente buscada “pelos colonos desejosos de afirmar a superioridade de sua condição, comendo pão branco” (Roche, 1969, p. 245).

Levando em consideração tais fatores, podemos concluir que os imigrantes não estavam dispostos a regredir socialmente, pelo menos no que se refere a alguns itens com os quais estavam habituados no dia a dia em sua terra natal, e para tanto, não mediram esforços desde a sua chegada para restabelecê-los novamente em suas vidas. Ainda segundo Roche (1969, p. 633), essa busca constante dos imigrantes e de seus descendentes para manter o seu *modus vivendi* não apenas possibilitou a conservação de grande parte de seus costumes e os auxiliou no desenvolvimento da colônia, mas também foram cruciais para transformarem, através de sua presença, de seu exemplo e de sua irradiação, a forma de vida e de pensamento dos outros sul-rio-grandenses, conseguindo assim alcançar um dos principais objetivos que era buscado pelo império Brasileiro por meio da imigração, ou seja, “que as colônias servissem de exemplo estimulante ou de escola para a população nativa do país” (Lazzarotto, 1971, p. 87).

Já Catarina, ao retornar à colônia, e com o seu marido ainda psicologicamente transtornado, ocupando a mente no exercício de sua profissão, volta as suas atenções para a busca de uma atividade econômica que possa auxiliar financeiramente a sua família. Após levar em consideração as oportunidades provindas do rápido crescimento da agricultura e da indústria artesanal na região, e com ele, o considerável aumento do poder aquisitivo de parte dos colonos, ela percebe no comércio uma oportunidade promissora para sua ascensão financeira.

Dessa forma, Frau Schneider logo trata de iniciar “os primeiros contatos com seus amigos nas colônias, ao pé da serra. Queria comprar sua produção para vendê-la em Porto Alegre e Rio Grande” (2006, p. 121).

Tal dinâmica, envolvendo a busca e aquisição de mercadorias nas picadas e, posteriormente, a comercialização das mesmas em empórios locais, ou por meio de exportação para outras localidades, pode ser confirmada por meio dos registros historiográficos (Roche, 1969, p. 423), os quais dão conta que a prática constituiu-se como regra nas colônias, e que essas atividades ficavam concentradas sempre nas mãos de um mesmo agente, que também era o responsável por importar e revender as mercadorias industrializadas provindas da capital, como aponta Roche no subcapítulo *Os elos intermediários*, onde explica que “de São Leopoldo, onde as comunicações pelo Rio dos Sinos eram relativamente fáceis, os primeiros comerciantes iam a Porto Alegre vender os produtos agrícolas e comprar as mercadorias destinadas às suas lojas” (Roche, 1969, p. 429).

Acreditamos que foi justamente desse subcapítulo, do qual tiramos a última citação, que Josué Guimarães se valeu para a criação do *modus operandi* de Catarina em sua obra, uma vez que podemos localizar um

rastro deixado pelo romancista justamente em seu início, o qual é composto por uma tira de papel, de modo a marcar a página, conforme o leitor pode observar no anexo 2.

O primeiro contato feito pela personagem em busca dos produtos agrícolas foi com Felipe Darnian, que ao perceber a intenção de Frau Schneider a informa que “tudo o que se tira da terra é vendido para os empórios de um tal de Gründling. Paga bem” (2006, p. 121). Ao ouvir isso, Catarina inteira ao seu patrício que paga mais, advertindo-o ainda que Gründling os estava explorando com os baixos valores atribuídos aos gêneros que estes produziam. Após uma pequena pausa, Darnian a informa que mesmo se ela “pagasse a mesma coisa, a gente ia dar preferência para os amigos” (2006, p. 121), surgindo no romance, pela primeira vez nas atividades comerciais de Catarina, a chamada “solidariedade étnica” (Roche, 1969, p. 403) – e nesse caso também de classe –, que será explorada mais adiante neste artigo.

No que diz respeito ao relevante assunto trazido no argumento de Catarina, que expõe as notáveis disparidades existentes entre os valores pagos pelas mercadorias adquiridas por Gründling nas picadas e, posteriormente, os exercidos na venda em seu destino, os empórios, Roche explica que

os comerciantes vendiam caro os alimentos e os objetos necessários ao colono; mas, quando este levava àqueles um produto que lhe havia custado meses de suor e de energia, os comerciantes davam-lhe um preço miserável por ele, e ainda só em troca de mercadorias. Podiam trabalhar toda a vida sem sair deste círculo e sem poder economizar para melhorar a sua situação, ou retirar-se para outro lugar. Mas os comerciantes, progrediam rapidamente, aumentando as suas lojas, suas residências, seus estoques, ao preço do suor do colono, sempre pobre e desprezado (Roche, 1969, p. 579).

Todavia, argumenta (Roche, 1969, pp. 406-407) que se, para os colonos, sempre houve grande diferença entre os preços praticados em Porto Alegre e os pagos nas zonas de produção, sendo que por vezes as remunerações correntes nas colônias não atingiam sequer a metade dos valores encontrados na capital pelo mesmo item, essa desconformidade justificava-se, em grande parte, pelo elevado custo do transporte, frequentemente mais do que proporcional à distância, dadas as inúmeras dificuldades de expedição.

Apesar desse panorama, o historiador reforça ainda que os colonos de São Leopoldo assentados em um raio de trinta quilômetros dos embarcadouros do Rio dos Sinos ainda puderam ser considerados os mais bem pagos do século XIX, em vista do acesso facilitado ao transporte fluvial, por onde eram expedidas as trocas internas mais pesadas e volumosas. Essa situação faz com que os comerciantes donos de embarcações tivessem ampla vantagem frente aos seus concorrentes que operavam seu escoamento via lombo de mula, ou por carretas de boi pelas precárias estradas de terra. Tal fator chamou a atenção do romancista, conforme podemos observar nas marcações do anexo 3, levando-nos a perceber que o acúmulo de capital de Gründling, quase sempre associado na ficção ao poder de logística proporcionado pelos seus lanchões, também surge na narrativa de modo fundamentado, visto ser um fator que incide sobre a realidade histórica, e que foi bastante exposto pelo historiador francês.

Outro ponto trazido na análise historiográfica que pode ser notado por diversas ocasiões no romance diz respeito à relação entre o espaço geográfico onde os imigrantes estavam estabelecidos e o nível de ascensão social obtido, uma vez que quanto mais próximas das encostas da serra as picadas se localizavam, mais a população era composta por “gente pobre que trabalhava da manhã à noite” (2006, p. 200) sem obter o mesmo sucesso de seus conterrâneos fixados às margens do Rio dos Sinos, sobretudo, pelas referidas dificuldades que encontravam para escoar sua produção, o que acabou por mantê-los economicamente estagnados durante um longo período.

Assim, dando sequência em seu empreendimento, Catarina, em busca de um volume maior de produtos para serem comercializados, passa a percorrer distâncias cada vez maiores, e dessas viagens, “ela regressava quase sempre noite fechada, (...), mas chegando em casa com novas perspectivas de negócios, novas esperanças. Mandou construir outro galpão, desta vez mais acabado: queria instalar nele o novo empório da praça de São Leopoldo” (2006, p. 122).

Ao abrir o empório nos limites de seu lote, conforme era de praxe no período (Roche, 1969, p. 435), e de modo com que o romancista fez questão de representar seguindo os registros historiográficos, como observável no rastro do anexo 4, Catarina logo começa a prosperar, sobretudo, por gozar de bons relacionamentos nas colônias. Por ter essa influência, que historicamente mostrou ser um fator determinante no ramo (Roche, 1969, p. 405), logo conquista a confiança junto aos seus fornecedores e clientes, colocando-a em uma posição muito confortável diante de seu concorrente, apesar de Gründling também manter muitos contatos importantes na sociedade sul-rio-grandense e no interior da estrutura social luso-brasileira.

Todavia, os impactos ligados ao surgimento do novo empório só serão percebidos por Gründling no momento de seu retorno do Rio de Janeiro, onde esteve para se reunir com Schaeffer. Ao encontrar seu encarregado, Kalsing, o mesmo comunica que os negócios não vão tão bem como o esperado, justificando que “a concorrência aumentou muito, todo mundo achando que é melhor comerciar do que plantar” (2006, p. 155), o que, de fato, se justifica quando comparamos com a realidade histórica, visto que, segundo os apontamentos feitos por Roche (1969, p. 403), devido à necessidade de vender os excedentes de suas colheitas, os agricultores desde cedo tiveram, no cerne de seu desenvolvimento, uma orientação essencialmente comercial.

Prosseguindo no diálogo com seu patrão, Kalsing aponta ainda que, somando-se a essa questão, “muitos dos nossos antigos fornecedores, de uma hora para outra, simplesmente sustaram as vendas”, pois “apareceu em São Leopoldo uma mulher que está entrando no negócio sem meias medidas. Paga um pouco mais, conta com muitos amigos nas colônias e vende bem em Porto Alegre” (2006, pp. 155-156).

Percebendo o grande potencial comercial de Catarina, Gründling resolve viajar até São Leopoldo para ofertar sociedade comercial à compatriota, tudo isso, é claro, sem saber dos eventos que ocorreram com eles no Chuí, e muito menos da aversão que esta nutria ele, algo que apenas notou chegando ao local.

Não demorou muito tempo para que o empório de Frau Schneider, na praça de São Leopoldo, obtivesse grande sucesso, tornando-se um dos pontos centrais da colônia,

cheio de homens, movimento contínuo da manhã à noite, mascates em lombo de burro comprando as coisas que vinham de Porto Alegre (...). Caixeiros-viajantes com seus largos chapéus de feltro, palas de franjas e botas retinindo longas esporas. Metiam-se picadas adentro, embrenhavam-se pelas linhas, vendiam de casa em casa as suas bugigangas úteis, tão ansiosamente esperadas e, quando voltavam, traziam encomendas e recados para Catarina (2006, p. 126).

Em vista de tal situação, a comerciante decide expandir o seu território de atuação, abrindo dois novos empórios, um em Portão, e outro em Porto Alegre. É interessante de atentarmos também, além da descrição riquíssima do dia a dia do empório, para a referência do romancista acerca das atividades dos caixeiros-viajantes, visto que estes ocuparam um papel essencial na economia da Província de São Pedro, atuando em praticamente todas as regiões. Segundo Roche, no que diz respeito ao caso particular da Colônia de São Leopoldo, o *Musterreiter* foi, durante alguns anos, “o intermediário imprescindível entre Porto Alegre e a Serra, entre o atacadista e o varejista” (Roche, 1969, p. 432), e graças às atividades desses profissionais, muitos “comerciantes teuto-brasileiros gozaram, até hoje, de posição vantajosa nas colônias e, frequentemente, no resto do Rio Grande do Sul” (Roche, 1969, p. 434).

Além das questões relacionadas especificamente ao *modus operandi* do profissional, o romancista ainda, conduzindo-se por registros historiográficos, busca representá-lo em sua possível aparência. Tal construção é feita segundo as características expostas na pintura intitulada *Chegou Tarde*, de Pedro Weingartner, que de acordo com Roche (1969, p. 433), é a imagem mais característica acerca dos *Musterreitern*. Ademais, o escritor inclusive, ao representá-lo fazendo a comunicação entre Catarina e seus fornecedores localizados no interior das picadas, representa também a função extraoficial que este carregava consigo, visto que em grande parte do século XIX, “o caixeiro-viajante [foi] o portador de notícias” (Roche, 1969, p. 433).

Passado algum tempo após o episódio de discórdia entre Catarina e Carlos, a esposa do comerciante alemão é acometida por uma doença grave que acaba por levá-la a óbito. Com esse episódio, Gründling sofre uma mudança profunda de comportamento, tornando-se mais humano ao perceber que o seu dinheiro não possui tanto poder quanto pensava ter, já que com toda a sua fortuna não pôde salvar a vida de sua amada. Devido à essa repentina transformação, que chamou inclusive a atenção de Frau Schneider, e com o advento da Guerra Farroupilha, a situação entre as duas personagens acaba tomando outros rumos.

Com a deflagração do conflito, em 1835, Porto Alegre é rapidamente tomada pelos rebeldes, e após ser recuperada pelos legalistas, é sitiada pelos farrapos. Como resultado de algumas semanas de cerco, começam a faltar na cidade vários mantimentos básicos para a alimentação da população, ao passo que os produtos industrializados acabavam por não chegar à colônia. Tal situação faz com que os republicanos, que precisavam de mercadorias industrializadas, e os imperiais, preocupados com a falta de mantimentos para os habitantes da capital, permitissem a passagem por via fluvial de algumas embarcações de transporte, e como Gründling possuía várias delas, somando-se à influência deste com as autoridades de ambos os lados da revolta, ele logo consegue um acordo que o permite navegar com seus lanchões no Rio dos Sinos, e fazer a logística entre Porto Alegre e São Leopoldo.

Resolvida essa questão, mais uma vez o comerciante, com o intuito de oferecer sociedade, viaja para a colônia à procura de Catarina, e explica a ela toda a situação desencadeada pelo conflito, e as boas oportunidades de negócios geradas pela conjuntura. Frau Schneider, após certa relutância, decide firmar o acordo.

Dessa forma, Gründling já lhe entrega alguns produtos que trouxera com ele em sua embarcação *Dresden*, como “farinha branca como neve, cassinetas, agulhas, musselinas, novelos de linha, pratos, panelas”, e Catarina, por seu turno, ficaria encarregada de fornecer, como parte do acordo, “carne de porco, milho, batata, toucinho, ovos” (2008, p. 93). No que concerne às especificidades desses itens entregues por Gründling à Catarina, nos é possível encontrar o rastro deixado pelo romancista na obra do historiador francês, conforme observável no anexo 5, que acreditamos ter servido de inspiração para a escolha dos artigos expostos na citação anterior. Nesse trecho da obra historiográfica, além de Roche (1969, p. 32) expor alguns itens que eram frequentemente importados, também explica que, conforme a importância da comercialização, as mercadorias dividiam-se em três categorias distintas, estando os produtos fornecidos por Carlos na ocasião, na primeira delas.

Já o contexto que privou a colônia de produtos industrializados, assim como a capital de gêneros alimentícios, motivo que propiciou, no romance, a aproximação e firmação de parceria entre Gründling e Catarina, também traz o real como possibilidade, visto que é igualmente alicerçado segundo registros historiográficos, os quais dão conta de que “é de Porto Alegre que converge toda a produção agrícola das colônias, assim como é de Porto Alegre que saem as mercadorias importadas e distribuídas entre as vendas rurais” (Roche, 1969, p. 434), uma localidade dependendo exclusivamente da outra para suprir as suas necessidades e, através do comércio, desenvolver-se economicamente.

Trocas como estas que acabamos de ver representadas na ficção foram, segundo Roche (1969, p. 410), a espinha dorsal do sistema de transações na colônia desde o estabelecimento dos primeiros imigrantes, e não se restringiram apenas às negociações feitas entre comerciantes, visto que “da venda, para onde trouxe alguns produtos, o colono levava sua contrapartida em artigos fabricados ou em gêneros alimentícios.” (Roche, 1969, p. 411). Apenas mais tarde, por volta da segunda metade do século XIX, alguns comerciantes criaram em seus estabelecimentos contas-correntes para os seus clientes creditados, os quais poderiam levar, na receita, itens do empório que eram de sua necessidade, evitando assim o deslocamento desnecessário e a perda de tempo. Tal sistema, conforme o historiador francês, pode ser considerado o embrião do crédito.

Outro ponto que nos chama atenção no romance por convergir com a obra de Roche diz respeito aos dois modelos de casa de comércio escolhidos pelo romancista para fazer parte da trama de *A ferro e fogo*. O historiador francês, argumentando que é inviável analisar caso a caso, resolve utilizar dois “arquétipos”

básicos que, em suas palavras (Roche, 1969, p. 435), podem ser tomados como padrões no que se refere ao comércio teuto-brasileiro na província.

Iniciando a análise pela ficção, encontramos em Catarina o primeiro exemplo. A personagem inaugura o seu primeiro empório na saída da picada, nos limites de seu lote, e ao obter sucesso com o empreendimento, acaba investindo na abertura de um segundo estabelecimento comercial em Porto Alegre. Tal representação converge com o primeiro exemplo trazido por Roche (1969, p. 435), o qual analisa uma casa de comércio – Frederico Mentz e Cia – aberta no interior de São Leopoldo, com mais de 110 anos de funcionamento no período da produção de sua obra, que após um determinado período, passou a atuar em Porto Alegre, onde continuou recebendo produtos coloniais em larga escala.

Já o segundo caso trazido no romance é o de Gründling, que desde o início de suas atividades comerciais no Brasil, empreendera na capital, onde além de atuar na venda de produtos coloniais e bens industrializados para a população local, também importava e exportava artigos provindos da Alemanha, sobretudo, em parceria com o empório que mantinha em sociedade com Schaeffer, em Hamburgo. Esse último modo de operar converge com o segundo modelo de estabelecimento – Dreher e Cia – sobre o qual o historiador discorre em sua obra, que, além das atividades corriqueiras de um empório, exportava gêneros coloniais (Roche, 1969, p. 437) e possuía “estreita ligação com a Alemanha, de onde provinha o essencial de suas importações, que distribuía por todas as colônias e mesmo por todo o Rio Grande do Sul” (Roche, 1969, p. 435).

Retornando para o episódio presente no romance referente à permuta, Gründling, após estabelecer com Catarina as mercadorias a serem trocadas ainda informa que a diferença seria posteriormente compensada, e “no caso de qualquer dúvida depois a gente acerta”, justificando à compatriota que “falamos a mesma língua, viemos da mesma terra.” (2008, p. 94). Assim, podemos ver com maior profundidade nessa passagem da ficção algo que já fora anteriormente citado no momento das negociações de Frau Schneider com os compatriotas das picadas, ou seja, a chamada “solidariedade étnica”.

Acerca de tal questão, exemplificada no romance, sobretudo, por essa sociedade, e os fornecedores que a cercam, Roche explica que relações comerciais como esta, entre os donos de empórios, eram muito comum, e não se limitavam à Colônia de São Leopoldo, visto que geralmente os “comerciantes de bom grado se auxiliavam mutuamente, tanto mais que entrava em jogo uma solidariedade étnica” (Roche, 1969, p. 403), tudo isso, é claro, para poder fazer frente à concorrência luso-brasileira, que há muito tempo já havia se estabelecido na província, e cooperar para o desenvolvimento da sociedade teuta nas colônias.

Em uma última análise acerca da “solidariedade étnica”, o historiador explana que “os comerciantes rurais teuto-rio-grandenses tiveram consciência de pertencer a uma classe cujo tronco era o negócio, mas no qual poderia enxertar ramos diferentes e cujos frutos recompensavam largamente sua iniciativa” (Roche, 1969, p. 582), como o caso, no romance, de Catarina, que além de investir em agricultores, também incentivava pequenos artesãos e produtores, como o caso de Juliana Beckmann, que produzia e vendia suas conservas para os empórios de Frau Schneider.

Outro ponto interessante apresentado no romance diz respeito à própria constituição familiar, que sofreu alterações – quando comparada à da antiga pátria – devido à nova realidade que os imigrantes encontraram por aqui. Na obra historiográfica, Roche explica que

a população de origem germânica teve uma taxa de natalidade elevada. Parece que sua instalação no Brasil lhe favorecera o aumento do índice demográfico, sob a dupla influência da técnica agrícola, que exigia mão-de-obra abundante para o desbravamento das florestas, e da fertilidade das terras virgens, capaz de alimentar uma população numerosa, pelo menos durante certo espaço de tempo (Roche, 1969, p. 162).

Já no que diz respeito ao romance, podemos tomar como exemplo o próprio caso da família Schneider, a qual era composta por Daniel Abrahão, sua esposa Catarina e cinco filhos, Philipp, Mateus, João Jorge,

Carlota e Jacob. Apenas o primeiro deles emigra com os pais da Alemanha, enquanto os outros nascem na nova pátria.

Como última questão a ser analisada, exploraremos um tema que Josué Guimarães traz em sua narrativa que é, ao mesmo tempo, polêmico e fundamental, e que foi, até cerca da década de 1990, se não ignorado, no mínimo pouco abordado pela historiografia referente à imigração, referimo-nos a presença e utilização de mão de obra escrava pelos imigrantes nas colônias estabelecidas na região sul do país.

Segundo Tramontini (2000, p. 1), os estudos na área da História a respeito do assunto sempre esbarraram em dois principais problemas. O primeiro deles é a tendência de a análise priorizar, como ponto de partida, a função reservada pelo governo imperial aos imigrantes, ou seja, a substituição da mão-de-obra escrava pelo trabalho livre dos estrangeiros. Este enfoque encaixou-se perfeitamente nos estudos que se concentraram, sobretudo, nas regiões cafeeiras do centro do país, que ao final do século XIX viam o sistema escravista colapsar. Todavia, esse não era o panorama e nem a pretensão no que concerne o caso específico do Rio Grande do Sul. O segundo problema que Tramontini aponta é de cunho ideológico, e refere-se à historiografia produzida pelos chamados “ideólogos da identidade étnica”, associados aos grupos teuto-brasileiros do sul do Brasil, os quais, segundo o historiador, produziam estudos que faziam “questão de afirmar que os imigrantes não tinham escravos, que abominavam a escravidão pois estariam imbuídos de uma cultura germânica que valorizaria o trabalho livre” (Tramontini, 2000, p. 1), pois, caso contrário, estariam indo contra a construção idealizada da imigração alemã, a qual busca enaltecer o trabalho do imigrante alemão, apresentado como um desbravador integro, único responsável pelo seu próprio sucesso.

Na obra de Lazzarotto, encontramos poucas relações entre a imigração alemã e a escravidão, a não ser para contrastá-las, como no caso em que o autor afirma que um dos principais objetivos que se buscavam alcançar com a introdução de alemães no Brasil, era “a dignificação do trabalho contra a mentalidade escravagista, a principal responsável pelo fracasso das tentativas colonizadoras anteriores” (Lazzarotto, 1971, p. 87).

Já no que tange à obra de Jean Roche, a situação não se mostra diferente, uma vez que acerca do contexto da imigração, o historiador, além de igualmente expor que os alemães foram “introduzidos para fornecer nova mão-de-obra agrícola” (Roche, 1969, p. 557), apenas explica que os imigrantes receberiam terras do governo, nas quais, pela “Lei Geral n.º 514, de 28 de outubro de 1848, (...) a introdução e o emprego de escravos, nelas, eram proibidos” (Roche, 1969, p. 101). Todavia, ao analisarmos atentamente a obra historiográfica do pesquisador francês, no capítulo VIII encontraremos, junto ao inventário de bens de G. Fayet, falecido no ano de 1847, a menção de que este, entre outros bens, deixava aos seus herdeiros “1 escravo por 200 mil-réis” (Roche, 1969, p. 561), o que nos confirma que a presença e utilização de mão de obra escrava em São Leopoldo, mesmo que em um nível muito menor, quando comparado ao encontrado na sociedade luso-brasileira, era uma praxe que se fazia presente entre os alemães desde os primórdios da colonização.

Já em *A ferro e fogo*, é possível encontrarmos tal prática de modo evidente logo nas primeiras páginas de *Tempo de solidão*, quando Gründling chega à Colônia de São Leopoldo acompanhado por “quatro negros carregando coisas” e outros “dois (..) escravos que se apressavam em abanar mosquitos e varejeiras que importunavam o patrão” (2006, p. 10). Nessa passagem o comerciante apresenta uma proposta de sociedade aos Schneider, na qual oferta também “quatro escravos solteiros e mais dois casais” (2006, p. 13) para ajudá-los nos afazeres. Tal situação já transpassada ao leitor, logo no início do romance, que Josué Guimarães, tendo criado a sua obra a partir de elementos historiográficos, e com o intuito de realizar denúncias sobre as injustiças cometidas por meio dos “esquecimentos” do discurso oficial acerca do tema, não deixaria espaço para os clássicos ufanismos construídos por parte das obras “historiográficas” e de ficção do período.

Outra passagem em que, em ocasião de uma negociação, os escravos surgem na narrativa como elemento de transação, ocorre justamente quando Catarina entrega a Estância Jerebatuba a Oestereich, definindo que “o casal de escravos com filhos ficaria” (2006, p. 107) para ajudá-los. Oestereich, por seu turno, informa

a Frau Schneider que “dois dos meus escravos voltam também, trilhando o mesmo caminho. Sabem onde fica a casa, conhecem gente do povoado” (2006, p. 108), deixando mais uma vez a entender, no romance, que entre os imigrantes não havia nenhum tipo de constrangimento em relação à prática, pelo contrário, já que, segundo os casos apresentados, muitos deles a viam a escravidão como algo normal.

3. Conclusão

Acreditamos ter sido possível, por meio das contínuas análises comparativas realizadas nas páginas anteriores entre o romance e as narrativas historiográficas que compõem as obras *A imigração alemã e o Rio Grande do Sul*, de Jean Roche, e *História do Rio Grande do Sul*, de Danilo Lazzarotto, ter demonstrado parte do processo de criação e ficcionalização da História empreendida por Josué Guimarães em um relevante romance histórico da literatura brasileira, *A ferro e fogo*, onde para além das narrativas tradicionais, o autor apresenta também questões polêmicas, como a utilização de escravos por uma minoria dos colonos. Assim, é notório que a obra literária foi fruto de uma profunda e meticulosa pesquisa historiográfica efetuada pelo romancista, o qual pode, de forma muito próxima aos relatos historiográficos, trazer para o seu romance o processo de desenvolvimento econômico da Colônia de São Leopoldo, na então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Também é perceptível notar que por meio do vasto levantamento histórico, e a sua respectiva utilização no romance, surge a chamada mimesis artística (Lima, 2006, p. 216), a qual possui um papel que vai muito além de um simples *imitato*, visto que a sua elaboração não se dá apenas por meio da compilação e simples reprodução dos conteúdos, mas através de “uma correspondência confortativa” (Lima, 2006, p. 216), da qual se obterá uma memória, mesmo que artificial, acerca dos eventos narrados, dos quais, muitos carregam em suas críticas importantes elementos elucidativos.

Essa memória artificial, também chamada de memória poética (Ricoeur, 2007, p. 79), é produzida pelo fenômeno de memorização, o qual, segundo Ricoeur (2007, p. 73), consiste de diversas maneiras de aprender que se encerram em saberes, de tal modo que estes sejam fixados, permanecendo disponíveis para uma efetuação que é marcada, do ponto de vista epistemológico, por uma vasta gama de sentimentos, sendo estes tanto positivos, em vista de uma efetuação bem-sucedida, quanto negativos, em caso de uma efetuação malsucedida. Em outras palavras, podemos dizer que essa é uma “memória exercitada, cultivada, educada, esculpida” (Ricoeur, 2007, p. 77), e que, no âmbito literário, pode ser produzida por obras como *A ferro e fogo*, visto que o romance carrega em suas páginas os diversos elementos constituintes do passado da sociedade sul-rio-grandense. Nesse caso específico, podemos concluir que o romance acaba por reforçar a memória já positiva acerca do rápido desenvolvimento econômico da então Colônia de São Leopoldo.

Em última análise, a narrativa de *A ferro e fogo* possibilita uma leitura não científica da História, e que pode ser feita como tal, com todos os seus efeitos, sobretudo, pelo público não acadêmico. Além disso, em vista de seu dinamismo e de sua escrita, acaba por encontrar recepção em um público muito mais amplo do que o encontrado pelas obras historiográficas, que geralmente permanecem limitadas, sobretudo, à academia e ao fazer científico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Acervo Literário de Josué Guimarães. Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo - RS, 2023. Recuperado em 23 de maio de 2023 de <https://www.upf.br/aljog>.

Chartier, R. (2014). *A mão do autor e a mente do editor* (G. Schlesinger, Trad.). São Paulo: Editora Unesp.

Costa Lima, L. (2006). *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras.

Guimarães, J. (2006). *A ferro e fogo: tempo de solidão* (15ª ed.). Porto Alegre: L&PM Editores.

Guimarães, J. (2008). *A ferro e fogo: tempo de guerra* (10ª ed.). Porto Alegre: L&PM Editores.

Lazzarotto, D. (1971). *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Sulina.

Lukács, G. (2011). *O romance histórico* (R. Enderle, Trad.). São Paulo: Boitempo Editorial.

Mignolo, W. (2001). Lógica das diferenças e política das semelhanças da literatura que parece história ou antropologia, e vice-versa (J. Ferraz, Trad.) In L. Chiappini & F. W. de Aguiar (Orgs.). *Literatura e História na América Latina* (pp. 115-135). São Paulo: EDUSP.

Pinheiro Machado, I. (2014). Introdução. In L. Tolstói. *Guerra e paz*. Porto Alegre: L&PM.

Ricoeur, P. (2007). *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp.

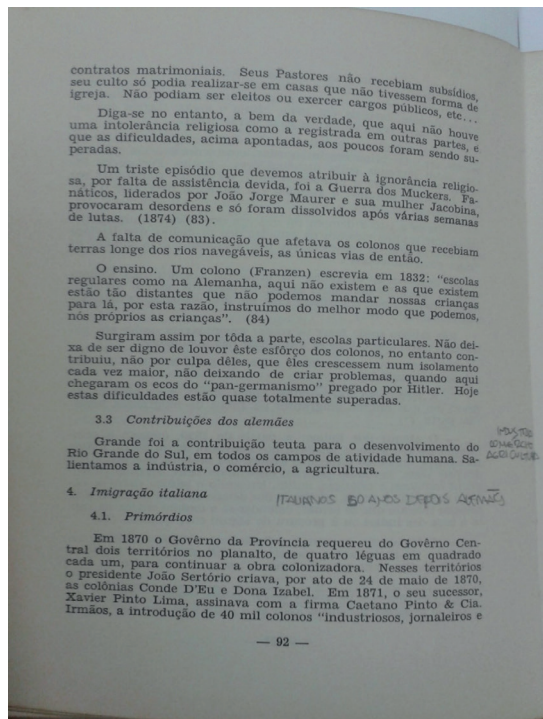
Ricoeur, P. (2010). *Tempo e narrativa: a intriga e a narrativa histórica*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.

Roche, J. (1969). *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul* (Vol. I e II). Porto Alegre: Editora Globo.

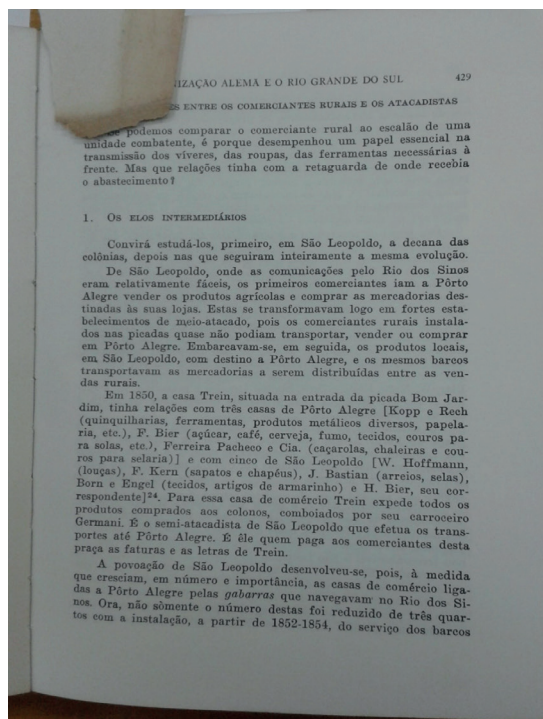
Tramontini, M. J. (2000). A escravidão na colônia alemã (São Leopoldo – primeira metade do século XIX). In Primeira Jornadas de História Regional Comparada. Porto Alegre: PUCRS. Recuperado em 12 de julho de 2023, de <http://cdn.fee.tche.br/jornadas/1/s5a3.pdf>.

ANEXOS

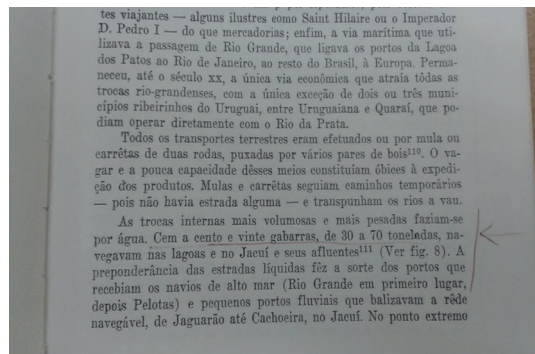
Anexo 1



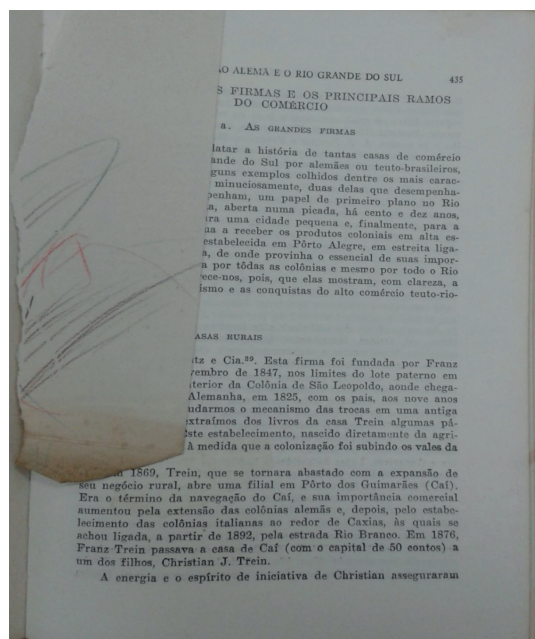
Anexo 2



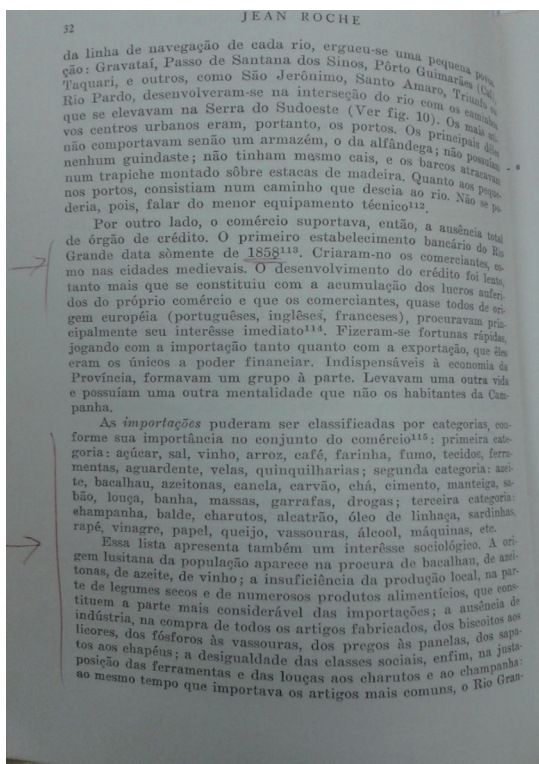
Anexo 3



Anexo 4



Anexo 5



NOTAS

¹ 1 Utilizarei neste artigo a palavra “História” – iniciada por letra maiúscula – para indicar a ciência, e “história” – iniciada por letra minúscula – para o conjunto de eventos referentes ao passado.

² Utilizarei neste artigo a palavra “Literatura” – iniciada por letra maiúscula – para indicar a arte literária, e “literatura” – iniciada por letra minúscula – para o conjunto de textos sobre determinado assunto.

³ A Revolta dos Mucker foi um movimento messiânico que ocorreu entre os anos de 1868 e 1874 na região do Morro Ferrabraz, atual município de Sapiranga. O principal motivo deste episódio foi o descontentamento dos imigrantes alemães, sobretudo os residentes desta região, com a situação de abandono e miséria em que viviam. Seus principais líderes foram João Jorge Maurer e Jacobina Mentz Maurer.

⁴ Este artigo é parte dos resultados obtidos em minha tese de doutorado intitulada *A imigração alemã pela mimética de A ferro e fogo: a ficcionalização da história no romance de Josué Guimarães*, produzida no Programa de pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

⁵ Figura histórica, foi o grande responsável pela idealização do projeto da imigração alemã no Brasil, sendo o incumbido pelo império para reunir os imigrantes na Alemanha e embarcá-los para o Brasil.

⁶ A partir das próximas páginas, devido à grande quantidade de citações de *A ferro e fogo*, indicaremos apenas o ano e a página das edições, sendo 2006 para identificar os excertos extraídos do primeiro volume, *A ferro e fogo: tempo de solidão*, e 2008 para os excertos do segundo volume, *A ferro e fogo: tempo de guerra*.

⁷ Outra liderança histórica de grande influência que figura no romance, Hillebrand foi o primeiro médico alemão do Rio Grande do Sul e, posteriormente, tornou-se Diretor da Colônia de São Leopoldo. Foi ele também o responsável pela elaboração da lista da entrada de imigrantes no Brasil.

⁸ Refere-se ao jantar, ou, em tradução livre, o “pão da noite”.

⁹ Também referente ao jantar, ou, em tradução livre, “refeição da noite”.